

GAZETA MERCANTIL

Governo cochila e oposição convoca ministro Dirceu

REUTERS
BRASÍLIA

Em mais um cochilo do governo, desta vez no Senado, a oposição conseguiu aprovar a convocação do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para explicar a suposta intenção do Palácio do Planalto em transformar a Infraero em uma empresa de economia mista.

O requerimento foi aprovado ontem na Comissão de Infra-estrutura, num movimento de partidos da oposição para, pela primeira vez, forçar a visita de Dirceu ao Congresso. Os parlamentares já haviam feito inúmeras tentativas, todas sem sucesso.

O PT, maior interessado em blindar o ministro mais atacado pelo PSDB e PFL, não compareceu à sessão. O líder do partido na Casa e membro da comissão, senador Delcídio Amaral (MS), foi avisado tarde demais por um assessor.

No momento da votação, 17 parlamentares haviam assinado a lista de presença, nenhum deles do PT. Destes, apenas oito participaram da aprovação do requerimento.

No mês passado, a Comissão de Infra-estrutura já havia servido de palco para outra vitória da oposição que, com ajuda de

senadores da base aliada, rejeitou Antônio Fantine para a presidência da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Ao saber do novo revés, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), entrou no plenário e abordou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), presidente da comissão, que colocou o assunto na pauta sem avisar os colegas: "Não foi certo o que você fez"; disse Mercadante. Em seguida, dirigiu-se a Delcídio e reclamou da falha. "Não existe precedência de colocar, extra-pauta, matéria polêmica ou convocar ministro. Nossa disputa aqui é pactuada. Quando queremos chamar ministro, fazemos isso como convite e não como convocação", afirmou.

Este foi o segundo episódio, em poucas horas, a demonstrar a falta de controle do Palácio do Planalto sobre a base aliada e a dispersão do próprio PT. Mais cedo, o governo protagonizou outra derrota, na Câmara, onde a oposição aprovou a indicação de Alexandre Moraes, nome apoiado por PFL e PSDB, para compor o conselho que fará o controle externo do Judiciário. O nome escolhido pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi rejeitado por uma diferença de 29 votos.